020ª Audiência Pública 03JUL2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

> **AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**
> **A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre,** no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para as Audiências Públicas a ocorrer nos dias e locais desta Capital abaixo relacionados, sempre às **19h**, para debater o assunto acima referido. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara.
> ...03/07/25 Centro Sul CECOPAM – R. Arroio Grande nº 50...
> Porto Alegre, 28 de maio de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): (19h04min) Boa noite a todos e a todas. Damos início à nossa audiência pública que trata sobre a concessão do DMAE. Eu gostaria de convidar para fazer parte da Mesa o Diretor de Inovação e Parcerias, Sr. Matheus Neres da Rocha, pelo DMAE. Já está conosco o secretário adjunto da Secretaria Geral de Governo, Gelson Guarda. Gostaria de convidar pelo Simpa, o seu Diretor, Edson Zomar de Oliveira, e a indicação do Simpa, o Sr. Sílvio Jardim. Ainda, para a composição da Mesa, eu convido o subprefeito da região Centro-Sul, o meu amigo Sandro Besson, para fazer parte da nossa Mesa. Declaro abertas as inscrições, à nossa direita aqui, as inscrições de cinco falas a favor e cinco falas contra. Já estão ali abertas.

Diante da composição da Mesa, eu disponho o tempo de dez minutos para o DMAE fazer a sua apresentação. (Pausa.) Vou fazer uma inversão, então, e disponibilizar para o secretário-geral de governo fazer a sua fala.

SR. GELSON GUARDA: Pessoal, muito boa noite. Aqui vai o agradecimento a todos pela presença nesta noite fria, mas para a gente debater um tema de fundamental importância para a cidade. Deixando um abraço para o presidente Ver. Fleck; para o Edson e o Silvio do Simpa; o diretor Matheus aqui do DMAE; representante da Câmara, Luiz Afonso, e para a gente não demorar muito para poder voltar para nossas casas, eu passo direto para o diretor Matheus, do DMAE, para a explanação.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Obrigado, secretário Gelson. De igual forma, cumprimento o Ver. Rafael Fleck, que hoje preside os trabalhos desta audiência; em seu nome estendo os cumprimentos aos demais membros da Mesa, em especial o Edson, representante do Simpa. Boa noite a todos, senhores e senhoras presentes. A ideia aqui é a gente expor um pouco das motivações que compõem esse projeto de lei e em que consiste, qual o teor do texto que trata o projeto de lei. Vou pedir o auxílio da colega, para auxiliar com a passagem dos *slides*. (Procede -se à apresentação.)

Então, o contexto desse projeto de lei, onde ele se enquadra, ele parte de uma questão legal, de uma norma federal, do contexto do novo marco legal do saneamento básico, que trata de expor alguns parâmetros, alguns desafios a todos os entes da federação, em especial aos municípios, para que possam ser alcançados até 2033, alguns níveis de serviço, obrigatoriamente. E, caso não atendidos esses níveis de serviço, que são mensurados, em especial, por agências reguladoras locais, a partir de diretrizes de uma agência reguladora nacional, esses entes da federação, os municípios, eles podem receber frustrações ao acesso de recursos federais, por exemplo, uma das principais consequências do não atingimento dessas marcas dentro do prazo legal disposto. Por favor.

Bom, dentro desse quadro normativo, qual é o contexto local, então, que nos inserimos nesse projeto de lei? Então, em Porto Alegre, nós temos um nível bastante adequado de abastecimento de água potável, como nós vimos, o nível exigido pelo marco legal é 99%. Nós temos esse nível em termos de redes, mas

nós temos, por exemplo, bastantes desafios ainda relacionados à não intermitência da água. A ANA já dispõe os níveis exigidos quanto à não intermitência, e hoje estamos aquém do atendimento desses níveis. Então, temos alguns desafios na distribuição de água, por exemplo, bastante relacionados com a não intermitência. Por outro lado, em termos de coleta e tratamento de esgoto, nós ainda temos níveis bastante aquém daqueles exigidos no novo Marco Legal do Saneamento, que nos exige um nível de coleta, de tratamento de esgoto de 90% da população. Hoje, nós temos em torno de 53% dos domicílios urbanos do Município atendidos com esse serviço de coleta e tratamento de esgoto. Quando nós olhamos lá ainda em 2015, quando da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a municipalidade já vislumbrava alguns dos desafios que eram necessários, ou muitos dos desafios que, à época, eram necessários em termos de saneamento básico. Se concentrarmos nossa análise, por exemplo, naquele que é hoje um dos principais desafios que temos, que é coleta e tratamento de esgoto, eram dimensionados em torno de R$ 3 bilhões, quando trazidos aos valores de hoje, para esgotamento sanitário e esgotamento cloacal. Da mesma forma, quando a gente olha para a capacidade de investimento que o órgão, que o DMAE, que o Município teve, quanto de investimento foi realizado nesse mesmo período, nós vemos que esse investimento não ultrapassou, em média, R$ 100 milhões por ano. Numa análise bastante simplória, a gente vê que seriam necessários em torno de 30 anos dentro dessa capacidade de investimento registrada, para que pudessem ser feitos todos aqueles investimentos necessários, para que fosse universalizado ou alcançado o nível de tratamento e coleta de esgoto necessários. É nesse âmbito, então, que se trabalha uma solução, como eu disse, o novo marco legal não é uma questão exclusiva de Porto Alegre, mas, sim, de todo o Brasil, e muitos, muitos, muitos entes federativos têm lançado mão de um instrumento administrativo, que é uma forma de contratação, que é a concessão. Então, contrato administrativo que diz respeito à contratação de obras e serviços públicos, e é disso que trata o nosso projeto de lei. O projeto de lei trata da autorização da concessão dos serviços públicos de saneamento

básico. Mas, por que tratar da autorização desse serviço, se a lei federal já autoriza a concessão dos serviços de saneamento básico? A Lei Federal nº 9.074, de 1995, já autoriza a concessão em todos os seus sentidos, seja qualquer um dos eixos do saneamento básico, não somente água e esgotamento sanitário. Mas é justamente no sentido de que, se tudo está autorizado, é que o projeto de lei, ele é, sim, de suma importância, para trazer pontos que a lei federal não dispõe, como é o caso, por exemplo, de uma vedação à concessão de captação e tratamento de água. Então, um dos pontos específicos que trazemos no projeto de lei é, sim, que a captação e tratamento de água não sejam objeto de concessão.

Da mesma forma, no art. 2º, nós temos algumas questões relativas à manutenção do quadro, ou seja, que o quadro de servidores do DMAE não sofra qualquer prejuízo em razão do processo de delegação de serviços.

E da mesma forma, por fim, destacar que os recursos percebidos, recebidos a título da concessão, os recursos de outorga, eles sejam destinados à qualificação dos próprios serviços de saneamento básico, em especial aqueles relativos à drenagem urbana, a manejo de águas pluviais.

Então, em resumo, pessoal, o projeto trata de uma concessão que tem a intenção de conceder, de contratar um terceiro para prestar os serviços de esgotamento sanitário e de distribuição de água, permanecendo, então, o Município, o DMAE, com a prestação dos serviços de drenagem e de captação e tratamento de água. A concessão mantém ainda a ingerência do Município quanto à fiscalização de um contrato administrativo, como qualquer outro, então o Município está contratando um terceiro e, assim, regerá, fiscalizará esse contrato nessa mesma linha. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Matheus. De imediato, disponibilizo dez minutos para o Simpa fazer as suas observações.

SR. SILVIO GUIDO FIORAVANTE JARDIM: Muito boa noite a todos e todas. Eu gostaria de saudar os integrantes da Mesa, os demais presentes e,

especialmente, o espaço que o Simpa está nos concedendo a um contingente de 31 delegados da Região de Planejamento 6, do CMDUA de Porto Alegre, que firma o manifesto, e que foi distribuído a todos e todas, e que nós vamos fazer uma leitura, desde já nos contrapondo a esse processo que foi apresentado aqui no início dos trabalhos (Lê.):

> "MANIFESTO DOS DELEGADOS DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SEIS- RP6 DO CMDUA DE PORTO ALEGRE ACERCA DA PRIVATIZAÇÃO DO DMAE.
> Os porto-alegrenses deparam-se no momento com o processo de privatização ("concessão") do DMAE, impulsionado pela Prefeitura Municipal da cidade, com apoio de parte da base aliada na Câmara Municipal. Alegam falhas na prestação do serviço pelo Departamento, que a tarifa não sofrerá aumentos e que a privatização irá resolver problemas de abastecimento. Omitem, todavia, informações importantes para a população entender a dimensão do processo, como nos exemplos divulgados pela imprensa acerca de privatizações de serviços levados a cabo no Estado, que impactam de maneira significativa a vida dos gaúchos.
> Tal realidade não deveria causar surpresas, considerando todos os alertas feitos sobre as consequências de privatizações de serviços essenciais. No caso do DMAE, a gravidade vem amparada no sucateamento de sua atividade operacional, na defasagem de cerca de 70% do seu quadro funcional não reposto, com graves implicações na prestação de serviços à população, na retenção de recursos financeiros próprios e não investidos no órgão, a exemplo dos R$ 400 milhões do departamento estancados no sistema financeiro no período anterior ao desastre climático de 2024, no desvio de seus recursos para pagar o funcionalismo municipal, na inadimplência do pagamento das tarifas não combatidas devidamente, na negligência para com os diversos problemas de fugas d'água existentes nas comunidades, além da notória ineficiência na manutenção do sistema de proteção de cheias, que tanto impactou os porto-alegrenses naquele episódio.
> Tudo isso num quadro em que, apesar do sucateamento do DMAE, a cidade conta com quase 100% das residências atendidas com água tratada e cerca de 80% da capacidade instalada de tratamento de esgotos, tornando falacioso o argumento de que se necessita cumprir o marco de saneamento até o ano de 2033.
> Serão graves as implicações de transformar a atividade de um órgão público em uma atividade negocial, condicionada ao lucro e retorno vantajoso do gasto, próprios da atividade privada, ao que se deve agregar dado fundamental relativo à promessa de não aumento da tarifa d'água, somente a redução significativa dos custos operacionais de serviço privatizado e a drástica diminuição com folha de pagamento de pessoal empregado poderá, eventualmente, deixar de impactar a tarifa. Sem esses elementos, o custeio da privatização, aliado a incrementos de despesas não aplicáveis ao serviço público, a exemplo da imunidade tributária, mas que passarão a incidir na hipótese de o Departamento ser entregue ao privado, irá, sem dúvida alguma, repercutir na cobrança de serviços antes prestados pelo órgão público, cujo funcionamento foi intencionalmente sucateado para viabilizar tal processo.
> Em outras palavras, a pretexto de não aumentar a tarifa, o funcionamento do DMAE, privatizado por 35 anos, segundo a intenção do governo municipal, irá sofrer impactos significativos na prestação de serviços, com rebaixamento das qualidades materiais, empregados mal pagos, alta rotatividade de mão de obra para evitar aumento de folha de pagamento, rejeição de profissionais qualificados em faixa dos baixos salários, dentre outros motivos.

> Esse é o quadro que os gaúchos têm vivenciado nos serviços privatizados, cujas consequências negativas podem ser verificadas nos registros acima referidos. Nesse sentido, as delegadas e delegados da RP-6 do CMDUA de Porto Alegre, abaixo assinados, manifestam-se contra a privatização do DMAE, exigem apuração das responsabilidades pelo seu sucateamento, exemplo da CPI em andamento na Câmara Municipal, e clamam pela reposição das condições de seu funcionamento, mediante a reposição do seu quadro funcional, aplicação das receitas próprias exclusivamente para sua atividade fim, dentre outras medidas cuja sonegação tem dificultado o bom desempenho de órgão público que sempre primou pela qualidade e eficiência no atendimento de sua essencialidade aos porto-alegrenses.
> Porto Alegre, 30 de julho de 2025."

Assinam: Anadir Alba, Guilherme Barbosa, Volnei Picolotto, Sandra Mendes Ribeiro, Odir Tonollier, Elmir Flach, Luiz Alberto Moreira, Flávia Frediani; Maria Cristiane Bortolini; Rosalino Mello; Maria Luiza Gomes; Luciano Dias; Marcio Gomes; Lourdes de Souza; Ademir Rodrigues; Deisi Oliveira; Jacqueline Custódio; Elisamar Rodrigues; Denise Moreira; Janice Antonia Gambetta; Silvio Jardim; Ida Feijo Gomes, Mario Dagoberto Abreu Quadros; Jose Antonio Bruno Knob; Dionisio Arza Neto; Luis Carlos de Almeida; Thiago Gonçalves da Silveira; Jose Ronaldo Leite Silva; Moema Cabral da Silveira e Carmem Lúcia Thomas Guardiola, delegados eleitos democraticamente na região de planejamento do CMDUA. (Palmas.)

Com isso, estamos fazendo essa leitura para contestarmos essas questões todas que estão subsidiando esse processo em andamento, enaltecendo o papel histórico que o DMAE vem prestando à população de Porto Alegre, colocando e ratificando que é um órgão superavitário, no que se refere à sua arrecadação para prestação de serviços, e denunciando um sucateamento deliberado do seu quadro funcional e da qualidade dos serviços públicos prestados para viabilizar esse processo. Então, agradecendo mais uma vez, não à privatização do DMAE, pela valorização do serviço público deste departamento de Porto Alegre. Obrigado. (Palmas.)

SR. JEFERSON NUNES MACHADO: Boa noite a todos, mais uma vez estamos aqui, trabalho no DMAE, na Prefeitura de Porto Alegre, há 31 anos, venho aqui falar sobre uma visão interna do que está acontecendo dentro do DMAE e falar para a sociedade também para ter alguns contrapontos contra a concessão do

DMAE. Em primeiro lugar, em 2023, eu estive junto com o Edson e outras pessoas do DMAE em um congresso sobre saneamento na região do Brasil, e sabem quanto é que gira o saneamento em 2023, quanto é que estava girando o saneamento no Brasil em 2023, a questão econômica? R$ 150 bilhões. Então é disso que se trata a concessão do DMAE. Não passa de um negócio em todo o Brasil; não é só no DMAE, não é só em Porto Alegre, é em todo o Brasil. Então é isto que eu estou tentando explicar para vocês, que não foi explicado até agora: o saneamento no Brasil era R$ 150 bilhões em 2023, e hoje estamos em 2025. Então a partir do momento que se descobriu que o saneamento é um grande negócio, apareceu um grupo de empresas que se propôs a fazer o saneamento no Brasil. Porque antes não houve? Porque antes não havia verbas. Então é isso que está ocorrendo aqui. Falaram sobre a questão do marco legal. Se vocês perceberem, o marco legal se deu no congresso. O congresso o que que fez? Usou o marco legal para privatização do saneamento. Então é isso que está ocorrendo. Assim como está ocorrendo a questão do IOF, ocorreu lá naquela época. É questão de verba. Então, assim, colocando para vocês, colocando internamente, o DMAE há oito anos vem sendo sucateado, há oito anos eu trabalho no setor de manutenção. Em vez de nós estarmos gastando energia... A gestão, desde o período do Marchezan e da gestão Melo, está gastando energia em fazer o planejamento, sanar todas as dificuldades do saneamento em Porto Alegre, o que é que eles estão fazendo? Trabalhando em cima da privatização. Vocês já sabem a questão, isso vai ser uma... Essa solicitação dessas audiências é para solicitar uma – apresentar para a população e solicitar para os vereadores – uma liberação de concessão do DMAE, eles falam em concessão, concessão de 35 anos, que a gente chama de privatização. Então, automaticamente, concedendo isso aí, eles dizem que o prefeito não pode mais conceder, automaticamente, o prefeito não precisaria da solicitação dos vereadores, automaticamente, ele está dividindo essa culpa. Por que será com os vereadores? Porque será que ele diz que é o prefeito do diálogo, mas não é o prefeito do diálogo. Há oito anos, nós estamos sendo sucateados, nós tentamos dialogar com todos, com o prefeito Melo, ele está no segundo mandato,

não conseguimos falar. Então, automaticamente, nós já fizemos diversas denúncias no TCE sobre questão de falta de servidores, sobre questão de equipamentos, mostrando os locais. O corpo técnico apresentou tudo que deveria ser feito e nada foi feito. A gestão do Melo imprime, gasta energia no sucateamento e na concessão. Vocês sabem qual é o modelo de concessão que vai ter? Ninguém sabe, nem eles sabem, nem o BNDES ainda apresentou o modelo que foi solicitado para ele. Vocês já perguntaram isso aí? Alguém apresentou para vocês o modelo de concessão que vai ser feito? Vocês sabem que o modelo de outorga, o modelo anterior falava em outorga, a outorga era de 104 milhões, trazendo para os valores atuais. Essa outorga pode ser colocada não só na drenagem...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Jeferson, o teu tempo esgotou.

SR. JEFERSON NUNES MACHADO: Está ok, muito obrigado. Então a questão é econômica mesmo, não à concessão do DMAE. Então é por isso que a gente vem defender, o DMAE sempre foi eficaz. E, se fortalecer, vai continuar sendo eficaz. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): O Sr. Joel Júnior, pela Associação Esporte é Vida. O senhor tem cinco minutos. Quando faltar um minuto, eu vou anunciar aqui no microfone.

SR. JOEL FRANCISCO SOARES VIEIRA JÚNIOR: Boa noite a todos. Eu vim aqui dizer que eu sou a favor pela maior eficiência, porque entra ano e sai ano que nem uma coisa partidária ou deste governo. E a gente vê que, quando há, sim, a privatização, melhora o trabalho, as empresas elas têm autonomia para lidar com os recursos, elas têm autonomia para investir em tecnologia. Então, a gente vê que, em Porto Alegre, tem lugares que pessoas sofrem com falta d'água, pessoas sofrem que não têm saneamento básico. Não estou falando

deste governo, do governo passado. É uma coisa que a cidade precisa melhorar, precisa investir, precisa passar por cima disso. Ali na fila eu trouxe com as meninas uma coisa que a gente passou bastante tempo com dificuldade com a CEEE, e a CEEE não conseguia resolver o problema, e aí a Equatorial assumiu, e, no outro mês, foi resolvido um problema de anos. Então, a gente vê que há, sim, luz no fim do túnel. Então, é muito simples agora dizer que é culpa deste governo, porque eu não tenho parte nenhuma deste governo, mas a gente tem que olhar para o futuro e olhar que a burocracia é muito grande. Então, quando a gente passa para as empresas privadas que têm capacidade de gerir... Então, eu acho que a gente tem que ver as empresas que vão assumir, qual é a forma da privatização, como é que vai ser feito este negócio para que a cidade seja assistida com água. Porque é muito fácil, tem lugares aqui no Campo Novo, como eu moro no Campo Novo, falta água – falta água direto. E de um tempo para cá vem faltando mais. Mas em outros lugares, em outras comunidades que a água não chega, que não tem esgoto tratado? Então, eu sou a favor, e eu sou a favor da privatização que essas empresas que assumirem... Então, eu acho que a Câmara de Vereadores, ela tem, sim, que ver de que forma que vai ser feito todo esse processo, acompanhar de perto, sim, porque eu acho que esse é o caminho para a privatização do DMAE. Obrigado, boa noite.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Joel. Sra. Nilsa Maria Garin, da Associação dos Moradores do Loteamento Cristiano Kraemer, a senhora tem cinco minutos.

SRA. NILSA MARIA HENRIQUE GARIN: Bom, pessoal, meu nome é Nilsa, eu moro no loteamento Cristiano Kraemer, no bairro Vila Nova. Morei muitos anos na Cidade de Deus, depois a gente foi ali para o bairro Vila Nova, um loteamento da Prefeitura. E assim, eu não tenho – boa noite para vocês também –, eu não tenho conhecimento técnico, eu não sei como é que as coisas funcionam, eu não sei da burocracia; eu sei da falta que a água faz dentro da minha casa. Se vão privatizar, por que a Prefeitura está investindo em obra? Porque praticamente

toda semana falta água porque tem obra. E quando volta a água, detona com as minhas torneiras, com o meu chuveiro. Então, estão fazendo obra para vender para os amiguinhos? É isso que eu estou entendendo? Então, eu sou contra privatizar, porque eu tenho memória – bom, e tenho idade também. Eu sou do tempo em que a água do DMAE era premiada e era considerada a melhor água do mundo. O que aconteceu nesse caminho, gente? Por que as coisas não continuam funcionando? Por que todo mundo não tem direito à água? Todo mundo diz assim: “Ah, mas se privatiza, funciona”. Funciona uma porcaria, porque, quando deram os problemas lá com a enchente, que procuraram a tal da nova CEEE e não conseguiam o telefone de ninguém. Quem é a empresa que vai bancar isso?

Então, eu espero que o pessoal da Câmara pense muito nisso, porque, atrás dessa assinatura que os senhores vão fazer, existe um bando de gente, uma população com criança, com idosos, com trabalhadores, com participantes, com moradores desta cidade, que estão precisando dessa água. E queremos água de qualidade. Não adianta fazer obra se não funciona; não adianta criar aquelas caixas d'água gigantes, que eu não sei como é que tem o nome daquilo, se não tiver uma rede que puxe água quando falta luz, gente, que foi o que aconteceu: a gente ficou sem água.

Não faz muito tempo, a gente precisou de caminhão-pipa. E o que está acontecendo? “Ah, porque o DMAE agora não funciona.” O que aconteceu nesse tempo em que está todo mundo lá e não está funcionando? Que parte que parou de funcionar? Que parte do que era bom deixou de ser bom?

Nós queremos água, queremos água de qualidade, queremos água a um preço que a gente possa pagar, porque água é vida. Luz? A gente acende uma vela, vai dormir cedo, acorda de madrugada para aproveitar a luz do sol, mas água, a gente não tem como remediar. Eu sou terminantemente contra. Eu acho que o prefeito tem que assumir o DMAE, e tem que voltar a funcionar, porque, em algum momento, funcionou. Tem que funcionar com ele, gente. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Nilsa.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Sr. Pedro Pandolfo, pela Associação Comunitária do Bairro Teresópolis – ACBT. O senhor tem cinco minutos.

SR. PEDRO PANDOLFO: Boa noite a todos e a todas, cumprimento a Mesa. Bom, pessoal, eu quero melhoras da água, porque, como está, está difícil. No trabalho, está muito difícil. Se é uma concessão que vai melhorar, eu sou a favor, sou a favor. Porque nós estamos cansados de estar reclamando, reclamando, e não ter condições. Eu, como líder comunitário há 50 anos, ouço tudo isso aí que vocês estão dizendo há muitos anos, e nós temos aí exemplos. Agora mesmo falaram aqui, meu colega Joel, endosso as palavras dele, e nós tivemos problemas com a CEEE. A CEEE hoje já está dando resultado que ninguém esperava que um mês depois seria solução, daqui dois anos vocês vão ver o trabalho que está sendo feito. Então, a minha esperança com o DMAE é essa, nós fazermos uma concessão para que possa melhorar com esse sistema, que eu já estou cansado disso aí. Eu sei que muitos não querem. Funcionários, vocês sabem muito bem que vocês estão na pele de vocês, sabem o que é o justo e o que não é o justo, mas vocês, tenho certeza, nós como comunidade vamos sempre apoiar o melhor para a cidade de Porto Alegre. Eu tenho certeza que vocês que estão trabalhando lá estão fazendo o melhor, mas nós não temos recursos para tudo isso, então nós precisamos, sim, injetar capital, injetar alguma coisa. Muito obrigado pela atenção de todos. Estamos aqui, é democracia, democracia.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Pedro. Sra. Regina Moura, conselheira do Orçamento Participativo.

SRA. REGINA MOURA: Boa noite a todos, comunidade. Eu sou contra. Sou contra porque eu votei num prefeito que ia cuidar bem da cidade. Antigamente o

DMAE funcionava. Não estou falando de funcionários, são maravilhosos quando nos atendem, estou falando que o DMAE não tem mais como investir. Cadê o dinheiro que o DMAE tinha? Era o primo rico de Porto Alegre – o DMAE era –, e hoje não há mais dinheiro, é o que dizem, para nada, nem para fazer uma bacia de contenção num bairro não tem dinheiro. Hoje teve água lá em casa, graças ao Santo Sebastião, tem água, porque falta toda semana. Campo Novo, três dias por semana, falta água. E agora pergunto: por quê? Porque não tem obras? Porque não aumentam os canos? Porque não arrumam as bombas? Porque não tem dinheiro? Cadê o dinheiro do DMAE, que recolhe mais que a EPTC? E me admira esses vereadores que nós temos, esse time de vereadores que se juntaram para vender o DMAE, em vez de ajudar o prefeito a salvar o DMAE. Respeito muito o Sebastião, mas ele está mal assessorado, os vereadores deveriam cuidar da cidade, cuidar do que é nosso. O DMAE é nosso, o DMAE não é da Shopee ou de outra empresa, é nosso. Eu agradeço essa oportunidade, mas só uma audiência pública é para encher linguiça, não vai resolver nada, está tudo resolvido. Deviam pensar nisso. O que o pobre lá da vila… Eu moro numa vila, aquela que não tem dinheiro para pagar uma taxa pequena. Como é que vai ser? Vocês acham que vai continuar a mesma taxa social? Não vai, vai piorar. Nem vou falar mal da CEEE, porque todo mundo vai falar; nem vou falar mal de Carris, porque todo mundo vai falar. Não vai melhorar, pessoal, vai piorar. Eu tenho 65 anos e sei que vai piorar. É isso, muito obrigada. Sou contra.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): A Sra. Mariana Saling, delegada do OP, está com a palavra.

SRA. MARIANA SALING: Boa noite a todos. Eu acho que esta reunião não seria para o público estar aqui. Quem deveria estar ouvindo as nossas falas seriam os vereadores, porque infelizmente serão eles que vão decidir. Não vai adiantar nada a gente ficar falando aqui de termos técnicos, de falar que não tem dinheiro, que não tem isso. Quem deveria estar ouvindo as nossas solicitações eram os vereadores, porque são eles que vão votar. A gente tinha um serviço de

qualidade muito bom, funcionava nos anos anteriores. Não era 100% perfeito, mas funcionava. O que aconteceu nesse meio para não funcionar mais? Por que não estão investindo? Onde é que está o dinheiro? É um departamento que arrecada, como que ele não tem dinheiro? Não é um departamento que um dia vai ficar sem receber. Não, ele vai continuar recebendo, então, dinheiro existe; falta investimento, falta organização. Outra coisa, estão dizendo que não é privatização, é uma concessão de 35 anos. Então já não é mais uma concessão, é vai virar uma privatização! A gente conhece os ônibus, era um consórcio, ia melhorar. Melhorou? Está sendo fiscalizado? Existe alguém acompanhando? Quando está ruim, alguém vai lá e reclama, e é melhorado? Não é. E essas falas infelizmente a gente só está aqui tentando defender algo que a gente não vai conseguir defender, porque não é a gente que vai votar, são os vereadores. Quem deveria estar ouvindo isso eram os vereadores, e só tem um presente, no momento, e ele não vai levar as nossas solicitações – que são muitas. Então, eu acho que a gente não tem esperança no DMAE, mas a gente não quer ceder ele com uma decisão em que a gente não possa voltar atrás. Então, eu sou contra no momento.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Mariana. A Sra. Priscila Voigt, pela Unidade Popular, está com a palavra.

SRA. PRISCILA VOIGT: Boa noite a todos os presente. Eu sou Priscila, eu sou moradora do bairro Nonoai e faço parte da Unidade Popular pelo Socialismo. Nós somos definitivamente contra a privatização do DMAE. Como a colega falou, eles falam concessão, mas conceder um patrimônio público, por 35 anos, para uma empresa, é dar de graça, entregar o que é nosso, o que é do povo de Porto Alegre. Esse não é um bem deles, é um bem nosso e eles não podem entregar de mão beijada desse jeito. Quero que levante a mão aqui quem é contra a privatização... (Pausa.) Quem é a favor... (Pausa.) Quem deveria ser ouvido somos nós, quem devia votar somos nós, e não, os vereadores. Tem que ter um plebiscito sim, porque o povo tem que ser ouvido. Não basta fazer uma

audiência, como a colega ali falou, para fazer de fachada, como se tivessem ouvido a população, porque eles estão dando as costas para a gente, não estão nem aí. Sabe por que a privatização? Porque é uma empresa, ela não vai investir, gente, o que ela vai investir, ela quer lucro. Por que ela vai tirar do bolso dela para investir em alguma coisa? Outra, não vai chegar saneamento para a periferia, não, porque tem que urbanizar, e eles não urbanizam. Sem um programa público, não se urbaniza a cidade. Então, é mentira que vai chegar esgoto e água tratada no bairro e na casa de cada um e de cada uma de Porto Alegre, é mentira. E eles tentam enganar a gente, mas o povo de Porto Alegre é contra, a gente pode ver nas audiências públicas. A Corsan foi vendida para a Aegea, ela é a dona da Água de Manaus, da Águas do Rio. Águas de Manaus está há 20 anos em Manaus e só tem 15% do esgoto tratado. Ela está há 20 anos! Que marco regulatório é esse que, em 2033, vai resolver? É mentira. Águas do Rio privatizou e o valor da tarifa aumentou. É para essas mesmas empresas que lucram com dinheiro público, inclusive, porque a BNDES dá dinheiro. Por que que o governo não investe direto numa empresa pública? Tem dinheiro, tem que parar de pagar dívida pública, tem que parar de deixar sonegar, porque tem empresa que sonega imposto. Com esse dinheiro, podia ser investido. Eles não querem, porque eles querem entregar para os parças deles, que financiaram as campanhas deles. É esse o jogo político que nós não vamos deixar na mão deles. Nós temos que nos organizar. Esta audiência serve para a gente conversar com os nossos, olhar um no olho do outro, saber com quem a gente conta e chamar mais gente para seguir na luta. Temos que ir para a Câmara de Vereadores, temos que organizar um plebiscito, e fazer com que o povo de Porto Alegre decida. E está decidido, nós somos contra a privatização do DMAE. (Palmas.)

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Priscila. Sr. Alexandre Dias Abreu, pelo Comitê em Defesa da Água e do DMAE Público. O senhor tem cinco minutos.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Boa noite, Ver. Rafael Fleck, que preside a Mesa, demais componentes aqui presentes, representantes do governo, do Simpa e toda a comunidade. Eu sou membro do Comitê em Defesa da Água e do DMAE Público e também sou morador aqui da região. Moro na Rua José Domingos Varella e sou também servidor do DMAE há 32 anos. Quando ingressei no DMAE, há 32 anos, nós éramos – escuta essa Joel, tu diz que não sabes muitas coisas, eu vou dizer: nós éramos mais de 3.300 servidores. Passaram-se 32 anos e grandes investimentos foram feitos na cidade, grandes construções, grandes condomínios por aí afora, e o DMAE hoje tem menos de mil servidores. Portanto, aumentou a demanda de serviço e diminuiu a capacidade física de atender a população. E é por isso que eu quero falar para o senhor, por que o senhor está sentindo na pele a queda de qualidade do serviço DMAE, e é proposital. Queres ver uma coisa? O setor de leitura do DMAE, há 10 anos, é realizado por empresas terceirizadas. Antes disso, o percentual de qualidade do atendimento do setor de leitura por servidores do DMAE era mais de 90%. Hoje, é comum a gente ver as pessoas recebendo contas d'água de 20, 30, 50, R$ 100 mil, sabe por quê? Porque há uma rotatividade muito grande nessas empresas, os trabalhadores ganham muito pouco e, às vezes, eles não têm motivação e eles chutam qualquer número, eles não vão no teu hidrômetro para fazer a leitura. Então, eu quero dizer, já existe concessão de serviços do DMAE e piorou! E eles querem ampliar a concessão! (Palmas.) Gente, o serviço de saneamento em Porto Alegre já foi responsabilidade da iniciativa privada. O DMAE surgiu em 1961 e, de lá para cá, o DMAE conseguiu atingir números extremamente representativos. Hoje, eles falam “ah, o DMAE tem 52% de atendimento ao esgoto tratado da cidade”, a média nacional é 55%, mas eu quero dizer para vocês: sabem quanto tempo faz que não investem na área de investimento para tratamento de esgoto? Há mais

de 20 anos, porque a última grande obra foi do Pisa, que, inclusive, tem aqui as estações na região do Cristal. Então, os últimos governos não têm investido, têm sucateado o DMAE, e é natural que a qualidade do serviço caia. Aí eles vêm com a solução mágica: tem que conceder. É tudo jogada ensaiada! É tudo jogada ensaiada. Quer ver mais? Grandes cidades em países do Primeiro Mundo, Paris, Madri, Berlim e outras tantas, fizeram a concessão do serviço público, piorou. E eles estão revertendo, estão revertendo, gerando prejuízos gigantes para essas cidades, para esses locais. É isso que nós queremos para Porto Alegre? Eu quero que Porto Alegre melhore, como o senhor quer que melhore, mas não desse jeito. E eles vêm com uma conversinha: “Ah, é concessão, não é privatização.” É um apelido que eles arrumaram, porque se eles virem dizer aqui para o povo que é privatização, o povo se revolta de uma maneira assim que eles não vão conter. E eu digo uma coisa: estão certas as falas que disseram aqui, que essa não tem que ser uma decisão dos vereadores, com todo respeito aos vereadores. O DMAE foi construído com o dinheiro do povo de Porto Alegre; que o povo de Porto Alegre decida o futuro do DMAE. Portanto, quero fazer coro à colega que me antecedeu. Plebiscito já, para que o povo decida o futuro do DMAE, porque o DMAE pertence ao povo de Porto Alegre. Basta dessa tentativa de escamotear. Outro dia, numa outra audiência pública, deram um exemplo – estou finalizando – deram um exemplo: “Vocês viram que concederam as paradas de olhos, viram como ficou boa a concessão?” Querer comparar concessão de parada de ônibus com a concessão do DMAE. Estão loucos, não dá para aceitar. Não à privatização; plebiscito, já!

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Alexandre. Então, para as considerações finais, pelo DMAE, o Sr. Edson Zomar de Oliveira. Desculpe, é pelo Simpa, mas não deixa se ser pelo DMAE, como servidor.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite. Na verdade, é uma fala pelo DMAE, sim; pelo DMAE público e estatal. Público, porque atende a população; estatal, por ser do povo e não ser um negócio e não ser privado e não ser uma empresa. Então, gente, qual é o debate que está se fazendo? Na verdade, é um debate que é importante e tem que se valorizar a presença que existe aqui, como nas demais audiências e nas que virão, porque está sendo uma forma de se conseguir chamar a atenção, de se fazer um acúmulo de discussão na cidade. E é uma discussão do que está sendo debatido: apropriação do serviço público pela empresa privada, ou seja, uma gestão que é eleita para atender o conjunto da população, tem optado em fazer com que a atividade do serviço público seja exercida por empresas privadas, nas mais diversas áreas; no saneamento, que eu tenho um debate aqui, tem sido ou vai ser na educação, na questão da coleta do lixo, na questão da assistência social, na questão da saúde. Enfim, o que a gente tem que discutir? O serviço público existe por quê? Para propiciar o acesso a coisas básicas, como é o caso do saneamento, a toda a população, em uma sociedade como a nossa, onde há uma desigualdade social de renda, onde um segmento tem muita renda, outro alguma renda e grande parte tem pouquíssima ou nenhuma renda. Portanto, é um serviço essencial para a cidade, ele não é um negócio privado. Toda empresa, pela sua natureza, é um negócio que almeja o ganho, e como é que se faz o ganho? Gastando pouco com mão de obra, investindo o mínimo necessário com custeio e cobrando o máximo possível. Por quê? Porque a empresa trabalha para os seus acionistas. A Aegea, no caso, que tem aqui, que tem no Rio, que tem em Manaus, como foi citado, é um exemplo claro, porque vai ser a Aegea ou a Equatorial, casualmente – hoje, não é mais CEEE, é Equatorial, não é mais Corsan, é Aegea –, são as duas que, provavelmente, vão disputar em acordo, mas são elas que vão disputar. E não vai ser mercado, não vai haver duas torneiras, vai haver uma torneira só, como hoje tem somente uma tomada. E, como foi citado aqui, em todos os lugares do mundo, inclusive nos Estados Unidos, a maior parte do saneamento, a questão da água é pública, não é privatizada. E, como no caso de Atlanta, que é uma cidade grande nos Estados Unidos, foi retomada pelo Município, pelo Estado;

como tem acontecido na Europa como um todo. Está tendo um grande debate em Londres, com a Thames Water, que fracassou, que era o mesmo modelo que começou, podendo pescar em Londres, e hoje é esgoto de novo.

Quanto à preocupação com o esgoto, existe uma celeuma sobre os dados. No mesmo conceito que a Aegea utiliza no Rio de Janeiro, o DMAE não tem 54%, tem 78% de atendimento. E não tem mais porque, nos últimos oito anos, em vez de procurar fazer com que o DMAE expandisse a sua atividade, mantivesse o que tivesse de bom e melhorasse no que fosse, o foco sempre tem sido a questão de que temos que privatizar, temos que conceder, temos que procurar um parceiro privado. Quando a gente coloca isso aí, na verdade, o que está por trás? Ou é uma incapacidade de gerir o público, ou é o atendimento de um segmento que não é a maioria da população. Então o grande debate que tem aqui, na verdade, é essa questão. Porto Alegre merece ficar refém de um monopólio privado ou merece ela continuar sendo, na verdade, a proprietária daquilo que lhe atende os seus direitos, as suas necessidades, que é, no caso, o serviço público, que é, no caso, o DMAE público e estatal?

Como foi citado aqui, hoje o DMAE tem 994 servidores do quadro, um pequeno quadro de servidores temporários, um quadro de CCs e alguns adidos da Prefeitura; mas ele é incapaz de atender o conjunto das necessidades da população. E a gestão que está aqui, com todo o devido respeito, vem colocando a questão, e o mesmo encaminhamento tem sido feito desde 2017. Há tempo, sim, e a gente espera e quer que esse debate, nas audiências públicas, com o plebiscito que vai ser realizado, que a gente vai estar lançando segunda-feira, através da Frente em Defesa do DMAE Público e Estatal, conjuntamente com o plebiscito nacional, possa gerar o debate na cidade e fazer com que haja uma reavaliação por parte da administração, já que a discussão aqui não é partidária, e sim de interesse público. Temos o entendimento que tem que haver essa sensibilidade, e, para ajudar que essa sensibilidade aconteça, nada melhor do que as pessoas que estão aqui, que estão em outros lugares, que se juntem a essa corrente de formatação de opinião pública, de mobilização, para que a gente possa, sim, manter o direito de Porto Alegre a continuar a ser uma cidade

com um serviço público que atenda aos seus interesses e não se transforme em uma cidade refém de monopólio privado que depois de 35 anos não vai conseguir retomar, vai continuar privado *ad aeternum,* e não vai estar ninguém, inclusive, que está nessa plenária aqui, provavelmente, presente, para poder continuar essa luta. Então o momento da luta é agora e a gente tem sim essa perspectiva até o mês de setembro, outubro, quando deve ser votado esse projeto, fazer com que haja uma reavaliação, uma mudança de entendimento, nem que seja com a cidade mobilizada, coisa que acreditamos que é possível acontecer. Então o DMAE público estatal, essa é a forma que Porto Alegre precisa, e contra a privatização do DMAE! (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Edson. Para as suas considerações finais pelo DMAE, o Sr. Matheus da Rocha. O senhor tem cinco minutos.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Bom, mais uma vez agradeço a presença de todos, agradecer, em nome do Ver. Rafael Fleck, a oportunidade que temos aqui no dia de hoje de expor pontos de vista a favor, contrários, mas acima de tudo que possamos ver esse mesmo objeto sob diferentes aspectos. E, de minha parte, repisar nossa disposição para dialogar, esclarecer eventual ponto que tenhamos aqui exposto, repisar alguns pontos e ir respeitando o ponto de vista do que foi trazido tanto pelo Edson como por alguns que o antecederam, que de fato não é possível fazer sem essa associação, ou tratar como igual uma concessão e uma privatização, especialmente pelos efeitos, consequências que cada um desses casos trazem. Em especial, destacar aqui que, diferentemente de quando uma privatização se transfere definitivamente, há uma venda, há uma transferência de determinado ativo, de determinado serviço em caráter permanente, quando há a realização de uma concessão ou de um contrato de obras e serviços, como é de fato uma concessão de serviços, isso se dá por tempo determinado, esses investimentos permanecem sob propriedade do Município, do DMAE, e de fato esse prestador é fiscalizado, gerido e

acompanhado pelo ente concedente no caso, pelo Município, pelo DMAE. Então, reforçar mais uma vez que, como todos sabem, a tarifa de água e esgoto no município de Porto Alegre está disposta numa lei complementar, Lei Complementar nº 170, e obviamente para se alterar o valor dessa tarifa, somente se alterando essa lei, e não é o que se propõe, não é o que se quer e não é o que será feito. Então, mais uma vez agradecer a presença de todos e uma boa noite.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado a todos e a todas. Declaro encerrada a audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 20h.)